

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.607 - RS (2019/0220369-8)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO : GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS - RS056630
AGRAVADO : ADAO ALBERTO DA ROSA - SUCESSÃO
AGRAVADO : ALCIDINEY JOSENDE DA ROSA
AGRAVADO : ALVENIR POLTOZI MAIA
AGRAVADO : AUGUSTO FRANCISCO NUNES VIANNA
AGRAVADO : BEATRIZ CONCEIÇÃO SOUZA RAMIRES
AGRAVADO : BEATRIZ DE MEDEIROS MENDES
AGRAVADO : BELLONI MARQUES DE AZEVEDO
AGRAVADO : DORALINA CORDENNNUNZZI GEVEHR
AGRAVADO : ELOINA BOUCINHA VIANA
AGRAVANTE : CARMENZILA EHLRES - SUCESSÃO
AGRAVANTE : GENI CONCEICAO - SUCESSÃO
AGRAVANTE : ILSE KAASTRUP BOMMHARDT - SUCESSÃO
AGRAVADO : IONE MARIA MOLETTA MAZZARDO
AGRAVADO : JARY MARCELINO RIBEIRO
AGRAVADO : JOÃO CARLOS DOS SANTOS
AGRAVADO : JOAO MARTINS MEIRELES
AGRAVADO : JOSÉ ALVES
AGRAVADO : JOSÉ ELOY NEIS
AGRAVADO : JÚLIO SILVA BARBOSA
AGRAVADO : LOURDES JUVELINA ROSA TAMBARA
AGRAVADO : MARGARIDA CECILIA CADO PATIAS
AGRAVADO : MARGARIDA SALETE GADONSKI RAD
AGRAVADO : MARIA ALEXANDRINA PINTO ROSSETTINI
AGRAVADO : MARIA LIZETE EW MOLLER
AGRAVANTE : OLGA MACHADO PASCHOAL - SUCESSÃO
AGRAVADO : OSMAR LUIZ BERLATO
AGRAVADO : PRECILA BASTOS DIAS
AGRAVADO : SADI ROSA DA SILVEIRA
AGRAVADO : SANDRA VIRGINIA PINTO
AGRAVADO : VERA LÚCIA BOHRER DE ABREU
ADVOGADOS : ANDRE SORIANO CAETANO - RS052349
MARCELO MULLER DE ALMEIDA - RS053561

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim

ementado (e-STJ, fl. 298):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - INCIDÊNCIA DOS REFLEXOS DO ACA NA GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL.

Tendo sido reconhecido o direito de receber a citada rubrica, a sua incidência sobre as demais parcelas é consequência lógica. Logo, não há necessidade de constar expressamente no título executivo os efeitos do reflexo da referida verba sobre o 13º salário e gratificações semestrais.

DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 855/864).

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação aos arts. 369, 464, 485, 502, 506, 507 e 1.022 do CPC/2015; 421, 884 do CC; 6º, §1º, da LINDB, 1º, 6º, 7º, 9º, 18, 19 e 21 da LC 109/2001 e 5º, II, XXXVI e LV, 195 e 202 da CF, bem como a configuração de dissídio jurisprudencial. Para tanto, sustenta, além da negativa de prestação jurisdicional, em síntese, que: (i) *"como não houve determinação para a revisão do benefício mensal dos autores, com inclusão da parcela auxílio cesta alimentação no salário real de benefício (SRB) destes, não há como ser pago reflexos nesse sentido, pois a parcela foi implementada de maneira isolada - até porque estranha ao benefício inicialmente contratado e provisionado"* (fl. 883); (ii) *"a gratificação semestral é paga apenas sobre o valor da remuneração normal, isto é, sobre o ordenado, anuênio e comissão, assim, observa-se que a gratificação tem base de cálculo própria"* (fl. 889).

É o relatório. Passo a decidir.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

De início, não se vislumbra a alegada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. De fato, inexistente qualquer omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pela recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide.

Nesse contexto, impende ressaltar, em companhia da tradicional doutrina e do maciço entendimento pretoriano, que o julgado apenas se apresenta como omissio quando, sem analisar a questão colocada sob apreciação judicial, ou mesmo promovendo o necessário debate, deixa, num caso ou no outro, de considerar aspecto por si só relevante para influir na solução reclamada, o que não ocorre na espécie.

Em relação à alegada ofensa aos artigos 5º, II, XXXVI e LV, 195 e 202 da Constituição Federal, observa-se que, por se tratar de matéria a ser apreciada na suprema instância, não é viável a análise de contrariedade a dispositivos constitucionais, nesta via recursal, o que implicaria em usurpação de competência constitucionalmente atribuída ao Eg. Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102).

Quanto à impossibilidade de extensão do Auxílio Cesta Alimentação à denominada Gratificação Semestral e ao 13º salário, assiste razão à recorrente.

A Quarta Turma desta Corte, no julgamento dos EDcl no AREsp 441.094/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 28/04/2014, firmou o entendimento de que *"a determinação de pagamento de valores sem respaldo no plano de custeio implica desequilíbrio econômico atuarial da entidade de previdência privada com prejuízo para a universalidade dos participantes e assistidos, o que fere o princípio da primazia do interesse coletivo do plano"*.

O aludido julgado restou assim ementado:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, ERRO MATERIAL OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA. CONCESSÃO DE VERBA A ASSISTIDO DE PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, SEM PREVISÃO NO PLANO DE CUSTEIO. INVIABILIDADE. PLANO DE BENEFÍCIOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADO POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. O ART. 3º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR 108/2001 EXPRESSAMENTE VEDA O REPASSE DE GANHOS DE PRODUTIVIDADE, ABONO E VANTAGENS DE QUALQUER NATUREZA CONCEDIDOS AOS TRABALHADORES (PARTICIPANTES) PARA OS BENEFÍCIOS SUPLEMENTARES. PRETENSÃO DE EXTENSÃO DE ADICIONAL E AUXÍLIO CESTA ALIMENTAÇÃO À DENOMINADA "GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL"

RECEBIDA PELOS PARTICIPANTES. DESCABIMENTO DE CONCESSÃO DA VERBA, SOB PENA DE DESEQUILÍBRIO ATUARIAL AO PLANO DE CUSTEIO, EM PREJUÍZO DOS DEMAIS ASSISTIDOS E PARTICIPANTES.

1. O art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar 108/2001 estabelece que, no tocante aos planos de benefícios das entidades de que trata esta Lei Complementar, os reajustes dos benefícios em manutenção serão efetuados de acordo com critérios estabelecidos nos regulamentos dos planos de benefícios, "vedado o repasse de ganhos de produtividade, abono e vantagens de qualquer natureza para tais benefícios".

2. "Ademais, a determinação de pagamento de valores sem respaldo no plano de custeio implica desequilíbrio econômico atuarial da entidade de previdência privada com prejuízo para a universalidade dos participantes e assistidos, o que fere o princípio da primazia do interesse coletivo do plano (exegese defluente da leitura do artigo 202, caput, da Constituição da República de 1988 e da Lei Complementar 109/2001)." (AgRg no REsp 1293221/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2012, DJe 28/09/2012)

3. Em precedente da Segunda Seção, julgado nos moldes do rito estabelecido pela Lei n. 11.672/2008, REsp 1.207.071-RJ, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, foi alinhavado que o exame da legislação específica que rege as entidades de previdência privada e suas relações com seus filiados (art. 202 da CF e suas Leis Complementares 108 e 109, ambas de 2001) revela que o sistema de previdência complementar brasileiro foi concebido, não para instituir a paridade de vencimentos entre empregados ativos e aposentados, mas com a finalidade de constituir reservas financeiras, a partir de contribuições de filiados e patrocinador, destinadas a assegurar o pagamento dos benefícios oferecidos e, no caso da complementação de aposentadoria, proporcionar ao trabalhador aposentado padrão de vida próximo ao que desfrutava quando em atividade, com observância, todavia, dos parâmetros atuariais estabelecidos nos planos de custeio, com a finalidade de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro.

4. Com efeito, a legislação de regência em diversos dispositivos deixa nítido o dever do Estado, inclusive na função jurisdicional, de velar os interesses dos participantes e beneficiários dos planos de benefícios - verdadeiros detentores do fundo formado - garantindo a irredutibilidade do benefício, mas não a concessão, em prejuízo do equilíbrio atuarial, de extensão de vantagens pagas aos trabalhadores da ativa (participantes) - que as

recebem do patrocinador em relação contratual diversa, de emprego - ao assistido, que já goza de situação privilegiada com relação aos participantes que, a teor do art. 21, § 1º, da Lei Complementar 109/2001 poderão, em caso de desequilíbrio atuarial, ver reduzidos os benefícios a conceder.

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento."

(EDcl no AREsp 441.094/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 28/04/2014, sem negrito no original)

Recentemente, a Segunda Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Repetitivo (REsp nº 1.425.326/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 1º/8/2014), consolidou o entendimento de que é vedado o repasse de abonos e vantagens de qualquer natureza para os benefícios em manutenção, não se afigurando possível a concessão de parcela não prevista no correspondente plano de benefícios, à minguada necessária fonte de custeio.

O aludido julgado recebeu a seguinte ementa:

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. PLANO DE BENEFÍCIOS SUBMETIDO À LEI COMPLEMENTAR N. 108/2001, JÁ OPERANTE POR OCASIÃO DO ADVENTO DA LEI. VEDAÇÃO DE REPASSE DE ABONO E VANTAGENS DE QUALQUER NATUREZA PARA OS BENEFÍCIOS EM MANUTENÇÃO. CONCESSÃO DE VERBA NÃO PREVISTA NO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, AINDA QUE NÃO SEJA PATROCINADO POR ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) Nos planos de benefícios de previdência privada fechada, patrocinados pelos entes federados - inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente -, é vedado o repasse de abono e vantagens de qualquer natureza para os benefícios em manutenção, sobretudo a partir da vigência da Lei Complementar n. 108/2001, independentemente das disposições estatutárias e regulamentares; b) Não é possível a concessão de verba não prevista no regulamento do plano de benefícios de previdência privada, pois a previdência complementar tem por pilar o sistema de capitalização, que pressupõe a acumulação de reservas para assegurar o custeio dos benefícios contratados, em um período de

Superior Tribunal de Justiça

longo prazo.

2. Recurso especial provido."

(REsp 1425326/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**,
SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/05/2014, DJe 01/08/2014)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de restabelecer a decisão de primeiro grau.

Publique-se.

Brasília, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator